

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672590497>

Poder e dominação no “andar de cima” do mundo rural brasileiro

Power and domination in the “upstairs” of the Brazilian rural world in the magazine Século XXI

Pouvoir et domination dans le sommet du monde rural brésilien dans la revue Século XXI

Poder y dominación en el “topo” del mundo rural brasileño en la revista Século XXI

 **Valdênio Freitas Meneses**

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

 **Marcos Botton Piccin**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo

O dossiê **Poder e dominação no “andar de cima” do mundo rural brasileiro na revista Século XXI** é fruto de um Grupo de Trabalho no X Encontro da Rede de Estudos Rurais, em São Carlos (SP) em 2023. Nesse 1º volume os artigos trazem diversidade de pesquisas que instigam renovadas agendas sobre as elites e classes dominantes do mundo rural: de antigas fazendas, genealogias de oligarquias rurais até as modernas exposições e *lives* do agronegócio. Sob diferentes formas, os textos que vêm a público demonstram que produzir ciência social sobre as elites implica em produzir desencantamentos sobre conflitos que dissimulam formas de dominação e violências na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Poder; Dominação; Rural; Brasil.

Abstract: The collection “**Power and domination in the ‘upstairs’ of the Brazilian rural world in the magazine Século XXI**” is the result of a Working Group at the X Meeting of the Rural Studies Network, in São Carlos (SP) in 2023. In this 1st volume the articles bring diversity of research that instigates renewed agendas about elites and forms of dominant classes of the rural world: Ancient farms, genealogies of old rural oligarchies towards the internet *lives* and the modern agribusiness exhibitions. Through different ways, the papers demonstrate that producing social science about elites implies producing disenchantment about conflicts and violent forms of domination in Brazilian society.

Keywords: Power; Domination; Rural; Brazil.

Résumé: Le dossier **Pouvoir et domination dans le sommet du monde rural brésilien dans la revue Século XXI** est le résultat d'un groupe de travail lors de la Xe Rencontre du Réseau d'Études Rurales, à São Carlos (SP) en 2023. Dans ce 1er volume les articles apportent une diversité de recherches qui suscitent des agendas renouvelés sur les élites et les classes dominantes du monde rural: des fermes anciennes, aux généalogies des oligarchies rurales, aux expositions modernes et *lives* sur l'internet de l'agribusiness. De différentes manières, les textes rendus publics démontrent que produire une science sociale sur les élites implique de produire un désenchantement face aux conflits qui masquent les formes de domination et de violence dans la société brésilienne contemporaine.

Mots-clés: Pouvoir; Domination; Rural; Brésil.

Resumen: La colección **Poder y dominación en el “topo” del mundo rural brasileño en la revista Século XXI** es resultado de un Grupo de Trabajo en el X Encuentro de la Red de Estudios Rurales (São Carlos, 2023). En este 1er volumen, los artículos aportan una diversidad de investigación que instiga agendas renovadas sobre las elites y las clases dominantes del mundo rural. Desde tierras de plantation y ganadería, genealogías de oligarquías rurales hasta exhibiciones y *lives* de exposiciones de los agronegocios modernos. Existe una diversidad de temas y escenarios que instigan nuevas y renovadas agendas de investigación. Los textos demuestran que producir ciencia social sobre las élites implica producir desencanto ante los conflictos que disfrazan formas de dominación y violencia en la sociedad brasileña.

Palabras clave: Poder; Dominación; Rural; Brasil.

Introdução

“Sua pesquisa dialoga com o trabalhador?”. Nos muros das universidades ou nas redes sociais, por vezes “viralizam” debates acerca de como o texto acadêmico teria a obrigação de dialogar e “ajudar” a classe trabalhadora e outros grupos subalternos. Essa cobrança é generalizada para qualquer área, mas, de fato, tem maior intensidade nas ciências humanas. Afinal, séculos antes dos algoritmos da internet já existia debate clássico de como estas ciências têm de lidar com inevitáveis paixões, juízos e visões de mundo em conflito na vida em sociedade. Nisso, ao assumir a demanda de analisar os que sofrem as mais duras experiências de poder e hierarquias nas sociedades humanas (classe, gênero, racismo, colonialismo, status etc.) a pesquisa acadêmica acabaria fazendo um exorcismo de um natural “elitismo” e dificuldade de compreensão aos “não iniciados” nos códigos, teorias e conceitos acadêmicos. Ouvir, analisar e escrever sobre a “voz dos subalternos” além de exercício de empatia, ajudaria a derrubar “muros” e barreiras do campo universitário, barreiras essas legitimadas por uma língua culta e técnicas de escrita inacessíveis de seus editais de seleção e difíceis concursos que avaliam currículos de artigos, teses e dissertações. Exagerado ou não, esse juízo do que deve ser uma “boa pesquisa” é efeito de acúmulo de debates e pesquisas orientadas por tradições e escolas feitas nas ciências humanas e sociais. Temos, por exemplo, as várias linhagens marxistas ou as abordagens antropológicas que exercem grande fascínio pela maneira com que desvendaram mecanismos sociais de dominação em nível material ou ideológico. Estar ao lado das classes subalternas é estudar os mecanismos de extração de tempo de vida dos dominados, seja na relação assalariada, seja nas antigas tecnologias industriais até as novas dos aplicativos; estudar os variados processos passados e contemporâneos de desapropriações seja pela violência do Estado ou de setores patronais. Nesse caso, pesquisar significa se compadecer: os “condenados da terra”, daqueles refugiados que sofrem com as várias *nakbas*¹ em suas várias versões econômicas, climáticas, étnicas, migratórias e diferentes regimes de desapropriação (Levien, 2014). Por fim, deslocar-se, fazer um “mergulho” nas culturas e povos colonizados é uma postura ética da pesquisa social: escrever sobre elas seria mexer no “calo” de um projeto intelectual europeu inserido na raiz das questões e textos clássicos do século XIX e que ainda operam nas ciências sociais (Connel, 2012)

Interessante notar como essas missões salvacionistas acabam, na “melhor” das intenções², fundando (mais um) espaço de angústias e justificativas principalmente a quem vai fazer um outro tipo de pesquisas nas ciências sociais focadas no estudo dos dominantes do espaço social – como no caso dos trabalhos apresentados neste dossiê. Um espectro ronda quem vai fazer pesquisas ocasionais ou vai orientar toda uma carreira acadêmica analisando as elites, classes e grupos dominantes. Quem faz ciência social e analisa o complexo mundo do “topo” da sociedade, a todo momento corre os riscos de acusação de “traição”, causando

¹ Palavra em árabe que significa “catástrofe” ou “desastre”. Remete ao processo histórico de expulsão e assassinato de milhares de palestinos que em 1948 tiveram suas vilas destruídas e foram removidos de suas terras. Este ato de desapropriação através da força e violência é o ato fundador do estado de “Israel”.

² Também pensar que das boas intenções, o “inferno” intelectual epistêmico e colonial está cheio: ver por exemplo a crítica que faz Abu Lughod (2012) de como a antropologia entrou numa missão salvacionista e reificadora das culturas muçulmanas e sua relação com as mulheres. Nesse caso o antigo colonialismo encontra “ocidentalmente” com uma moderna retórica missionária salvacionista e feminista.

eventualmente desgosto ou sendo alvo de piadas de colegas que defendem uma missão de ciência engajada que pesquise e seja a favor dos mais pobres; como que se entender as relações de dominação entre indivíduos, grupos ou classes fosse possível sem um olhar para o conjunto do espaço social e as distintas estratégias para manter ou melhorar as posições nesse espaço. A pobreza de tais posturas no ambiente intelectual, respondemos com o conjunto dos textos deste dossiê.

Os textos aqui selecionados para publicação nessa 1ª parte do Dossiê **Poder e dominação no “andar de cima” do mundo rural brasileiro na revista Século XXI** superam todo e qualquer impasse inquisidor entre o texto acadêmico intimado a estar “a favor da classe dominada” e o texto acadêmico acusado “de favorecer a classe dominante”. E superam de forma criativa, utilizando de diferentes recursos, caminhos e procedimentos de pesquisa, analisam diversas fontes, discursos publicitários, entrevistas, genealogias de parentesco, trajetórias de quadros e cargos do Estado, etnografias de eventos e exposições agropecuárias. Tudo isso dentro de recortes atualizados no cenário político brasileiro das últimas décadas em que ganhou força e legitimidade formas cada vez mais complexas de poder por determinadas frações do patronato rural brasileiro. Adicionalmente, os artigos contribuem para uma maior riqueza conceitual, teórica e metodológica para pesquisar o mundo social de grupos dominantes na forma como produzem desencantamentos sobre processos que dissimulam formas de dominação e violências em uma sociedade ligada à identidade política do agronegócio ou às várias imagens – passadas ou presentes, universais ou regionais – de grupos que têm afinidade eletiva com o ideário de Brasil “celeiro do mundo”.

A proposta inicial desse dossiê começou a ser discutida durante o X Encontro da Rede de Estudos Rurais³, realizado no final do mês de agosto de 2023. Na ocasião os dois professores organizadores deste volume foram coordenadores do Grupo de Trabalho N.6 **“Elites e classes dominantes do campo: estudos sobre poder e dominação no “andar de cima” do mundo rural brasileiro”**. A concretização desse GT também é fruto de diálogo anterior das pesquisas de doutorado dos coordenadores e suas respectivas teses sobre elites agrárias e fundiárias da Paraíba e do Rio Grande do Sul. Respeitadas as diferenças regionais, esses trabalhos de doutoramento analisaram transformações de frações de grandes pecuaristas brasileiros entre séculos XX e XXI. Dessa maneira, aproveitando um tema que foi foco de duas carreiras acadêmicas e o formato inovador e produtivo de sínteses⁴ do evento da Rede Rural, foram feitas sessões de debates com autores e autoras, em formação ou já experientes, e suas pesquisas feitas entre os setores sociais dominantes e mais poderosos do mundo rural brasileiro. Ao olhar para os “ricos do campo” os trabalhos evidenciaram uma maior riqueza conceitual, teórica e metodológica para analisar um lugar da sociedade outrora enquadrado, de forma geral, como “latifundiários”. Este, apesar de ser um conceito

³ Uma rede interdisciplinar feita por sociólogos, antropólogos, economistas, geógrafos, economistas e historiadores constituída entre parcerias que remetem a iniciativas como o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA) na década de 1970 (Wanderley, 2011). A Rede Rural organiza evento bianual realizado desde 2007 em diferentes regiões do Brasil. Já contabilizando dez edições, o encontro da “Rede Rural” agrega pesquisadores e professores além de intercâmbios nacionais e internacionais com movimentos sociais e ONGs.

⁴ O formato de síntese dos GTs da Rede de Estudos Rurais difere da maneira convencional de congressos em que autores e autoras apresentam e tem seus textos comentados em sessão/hora marcada. É feito um texto síntese pelos coordenadores e a partir desse texto são feitas rodadas de conversas e debates durante os dias do evento.

importante, tem “vícios de origem” teóricos e políticos herdados dos debates clássicos sobre mundo rural no Brasil. Isso faz com que esse conceito sirva menos ao campo da análise e mais a um tabuleiro – bastante necessário – da acusação e luta política de movimentos sociais. Exemplo disso é a disputa que envolve a mediação jurídica do que é “latifúndio improdutivo” para servir à desapropriação e à política de criação de assentamentos (Medeiros, 2017, p. 120).

No artigo que abre o dossiê, **O Estado brasileiro e a acumulação fundiária no Nordeste sucroalcooleiro: o caso da usina Santa Maria**, das professoras e autoras Catherine Sofiati e Patricia Ramiro, ambas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), as autoras acessam um lugar social e histórico conhecido desde a literatura clássica das ciências sociais no Brasil: o espaço canavieiro dos antigos engenhos e usinas de cana de açúcar do Nordeste brasileiro. Foca em acervo documental de certidões de compra e venda de propriedades, papéis que estavam abandonados na sede da falida Usina Santa Maria, que funcionou de 1931 até 1992 localizada na região de Areia (brejo da Paraíba). Sendo também fruto de um trabalho de conservação desses papéis o artigo analisa a relação entre Estado e elites canavieiras nas décadas de 1970-1980. Outro recorte é o das famílias que foram proprietárias da usina, os Pereira de Mello, e também os Lyra Lins, todos descendentes de elites de senhores de engenho do século XIX. Com ampla construção de evidências qualitativas e quantitativas sobre acervo documental, o artigo debate a história das isenções e facilidades de crédito dadas pelo Estado, servindo as estratégias de conservação/reconversão frações de uma elite canavieira na transição dos engenhos a usinas no século XXI

Indo para uma das regiões mais intensas de avanço do agronegócio no Brasil, o segundo texto é de Liza Uema e Jorge Romano, intitulado **Construindo a hegemonia no Oeste da Bahia: reflexões sobre a trajetória das estratégias discursivas do bloco dos baiúchos (2008-2022)**. Ambos autores são da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e no artigo tomam como base a Teoria do Discurso e da Análise dos Marcos Interpretativos, que usam para analisar o que delimitam como bloco dos “baiúchos” : uma aliança entre o Estado e atores do agronegócio “baianos” + “gaúchos”. As estratégias discursivas desse bloco são direcionadas para a construção da hegemonia no contexto de disputa pela água e territórios no Oeste da Bahia, no período entre 2008 e 2022. Aqui o cenário dramático de disputa, discursiva e material, são as comunidades de Fundo e Fecho de pasto e a forma como o bloco dos baiúchos se coloca como defensor de uma conscientização ambiental. Assumem uma identidade de “nós” como “preservadores” e “cuidadores” dos recursos naturais, em oposição ao eles – “os canalhas” nas comunidades de Fecho de pasto, colocadas quase como “bárbaras” e principais responsáveis pela degradação das nascentes e pelo desperdício de água. Nesse ponto, o artigo de Uema e Romano evidenciam uma nova “malícia” na política de setores do agro que tentam tirar dos seus ombros uma pecha de “vilão ambiental”, tornando assim mais complexas as estratégias de poder e apropriação tanto no domínio discursivo, como na seara territorial e de recursos hídricos.

O trabalho de Francis Casagrande Zanella, resultado de sua tese de doutoramento (Zanella, 2023), intitulado **Terra e gado na economia estancieira do Rio Grande do Sul (1985-2022)**, volta-se para a análise da economia estancieira para problematizar como os chamados estancieiros, grandes proprietários e produtores de gado extensivo, reformulam

suas estratégias econômicas de reprodução social considerando os movimentos mais gerais do capital, em termos globais, com suas expressões em nível nacional e local das classes e relações sociais. O autor utilizou de modo exemplar um conjunto de fontes estatísticas com fontes qualitativas para periodizar três momentos de análise entre 1940 a 2022, em que os estancieiros passam de uma trajetória de ascensão econômica até 1985, de descenso econômico entre 1985 e 1996 e, a partir de então, de reposicionamento diante da perpetuação dos ajustes liberais nos mercados agrícolas e alimentares globais, com a reprimarização do comércio exterior brasileiro e a elevação internacional dos preços de commodities e terras. O texto é um primor no rigor do uso variado de fontes e no diálogo crítico com a bibliografia existente.

Por seu turno, discursos da identidade gaúcha e os fluxos migratórios de elites do agro fazem parte da reflexão da professora e pesquisadora Luciana Almeida da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) no seu artigo **Agro a galope: alegorias da conquista e “agrobolsonarismo”**. A sua pesquisa é feita no contexto de associações patronais de sojicultores do Mato Grosso e em Brasília. Aqui, o que interessa ao texto da pesquisadora são as alegorias, ou seja, representações do “gaúcho” e da “conquista”, como uma arma discursiva de poder na disputa pela “agricultura”. Esse tom alegórico vai ter afinidades eletivas ao bolsonarismo, força política que a autora registrou em perspectiva etnográfica na microrregião do Alto Teles Pires, no Norte Mato-grossense, onde Jair Bolsonaro teve votações expressivas em 2018 e 2022. O trabalho de campo foi realizado em comunidades formadas por colonos “fundadores de cidades” das frentes pioneiras formadas durante os governos militares (1964-1985). A autora registra e analisa vídeos, *lives* e postagens on-line que se expressam como camadas e camadas de valores e representações que se sobrepõem nas alegorias analisadas: o cavalo, o gaúcho, a conquista pela guerra e pela submissão “dos outros”, das mulheres e da própria natureza ou dos “não gaúchos”, trabalhadores de menor virtude. Nesse sentido, o “agro a galope” é alegoria de reforço de traços de colonialidade de raça e de gênero, branquitudes e masculinidades que não foram superadas com a incorporação do trabalho livre e de formas de gerenciamento empresarial ou da agricultura de precisão.

Dando continuidade a suas criativas escritas e análises da amplitude publicitária, política e neocolonial através dos prefixos *agro-* o professor Clayton Gerhardt, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresenta seu **Agrojuventude e engajamento na sociedade do agronegócio**. Mais que um setor de alto poder econômico, o entendimento de uma sociedade do “agronegócio” aqui passa pela forte expansão na produção de coisas, commodities e tecnologias a elas associadas, por exemplo, como na transformação radical de regiões e realidades bastante diversas, mas também na produção de sentidos os mais diversos que integram distintos indivíduos, grupos e classes sociais à essa identidade. O “agro” ascende até mais do que um discurso publicitário: mas a uma totalidade e mesmo uma cosmologia que tenta se transformar em projeto a toda uma sociedade. A opção de pesquisa é pelo meio digital para entender encontros atravessados por *agrosociabilidades* e a diferenciação de ambientes partilhados pela *agrojuventude*. Nesse “ecossistema” de *lives*, publicidade, eventos e atividades educacionais via internet, nasce um ciberespaço de esferas compartilhadas de significação, relacionamentos virtuais atravessados por hierarquias e

trocas intersubjetivas. Nas conclusões do artigo, o autor reforça a necessidade de pesquisas sobre as subjetivações culturais do agro.

Recuperando uma agenda de pesquisa “clássica” que envolve patrimônio fundiário e simbólico de biografias, genealogias, famílias e trajetórias de cargos de poder no Estado temos o artigo **A renovação política geracional: a dinâmica do poder em Campina Grande**, escrito pelos professores Marciano Monteiro (UFMG), Monica Harrich Goulart (UFTPR) e Ricardo Costa Oliveira (UFPR). O texto analisa as linhagens das famílias Cunha Lima e Vital-Rego, e seu poder político na cidade de Campina Grande (PB). Considera a hereditariedade e parentesco como recursos sociais que essas famílias “jogam” em estratégias de renovação política intergeracional no município de Campina Grande. O artigo traz genealogias, tabelas de cargos (eleitos ou não), chama a atenção para uma renovação política geracional, mas não traz o “novo” em termos políticos. Mesmo não tendo nenhuma “hereditariedade legal” há uma regular e firme lógica “privada” e familiar que atravessa um recrutamento de cargos públicos em que transmite capitais e sucede o poder de gerações de quadros políticos. O município acaba sendo “escola de formação” de cargos públicos e sobrenomes políticos: desde uma ocupação de quadros secundários no Estado (secretarias por exemplo) até cargos eleitorais mais influentes como governadoria e senado.

Por fim, o artigo **Um farol para o Brasil: Frações dominantes da agropecuária paulista e a criação da SRB**, do professor Felipe Costa, do Instituto Federal do Mato Grosso, analisa a Sociedade Ruralista Brasileira (SRB), uma das mais antigas entidades representativas das elites agrárias brasileiras. Recortando o caso da agropecuária paulista, o artigo enfatiza como a SRB foi um “celeiro” de formação de líderes e importante mecanismo de hegemonia de classe. Toma como base metodológica a análise documental, edições entre 1920-1930 da Revista A Rural, publicada pela SRB, de caderno de campo e de entrevistas semiestruturadas realizadas com membros da SRB no ano de 2021. Apresenta quadros com os que ocuparam postos de comando da SRB e a resiliência de uma retórica de posicionar protagonismo de “São Paulo locomotiva do Brasil”, adaptada à defesa da lavoura como identidade e força do setor do agronegócio nacional: isso inclui a visão de direção moral e intelectual, movimento esse que ganhara força ao longo do século XX na medida em que pela SRB passaram deputados, secretários, ministros e figuras relevantes de determinados partidos.

Das fazendas do Rio grande do Sul, Mato Grosso à Paraíba, das frações dominantes do agro paulistano e oeste da Bahia ao ciberespaço da agrojuventude, das antigas famílias e usinas canavieiras nordestinas, as oligarquias familiares e ao moderno agro de exposições e projetos educacionais movidos pelas *lives* e engajamentos, há uma diversidade de temas e cenários que instigam a novas e renovadas agendas de pesquisa sobre poder e dominação no “andar de cima” do mundo rural brasileiro. Temos agora a público uma coletânea de análises refinadas de práticas e falas de dominação, dados e evidências que nem sempre são visíveis dado poder que as elites e classes dominantes exercem. E para desvendar o mundo dominante do rural brasileiro vale a máxima de Dante – citada por Marx nas páginas iniciais do *Capital* - *Que aqui se afaste toda suspeita. Que neste lugar se despreze todo o medo*. Por isso, produzir uma sociologia (ou áreas afins) sobre as elites e classes dominantes do mundo rural é, antes de tudo, fazer sociologia (ou áreas afins) refinada e alinhada às melhores propostas de conhecimento das ciências humanas: produzir desencantamentos sobre conflitos que

dissimulam formas de dominação e violências de uma sociedade. Munidos de reflexão e crítica – e principalmente de pesquisas fundamentadas – os trabalhos aqui publicados nos ajudam a afastar todo medo e toda suspeita para fazer a seguinte pergunta: “sua pesquisa conversa com a elite e a classe dominante”

Referências

- ABU-LUGHOD, L. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012, p. 451-470. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200006> Acesso Ag. 2024.
- CONNELL, R. O Império e a Criação de Uma Ciência Social. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 2, n. 2, jul -dez 2012, p. 309-336. Disponível em <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/85/50>. Acesso Ag. 2024.
- ZANELLA, Francis C. *Reconfigurações na economia estancieira do Sudoeste do Rio Grande do Sul (1985-2022): renda da terra, bovinocultura de corte e diferenciação social*. 2023. 317p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2023.
- LEVIEN, M. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. *Sociologia e Antropologia*, v. 4, n. I, jun. 2014, p. 21-53. Disponível: <https://www.scielo.br/j/sant/a/4Wcp6bJYxsdptZtPNTd8wh/?format=pdf&lang=pt> Acesso Ag. 2024.
- MEDEIROS, L. Movimentos sociais, questões fundiárias e mediações jurídicas: apontamentos sobre as relações entre o Direito e os conflitos sociais. In: LEITE, S.; BRUNO, R. *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 107-129.
- WANDERLEY, M.N. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2011.

Valdênio Freitas Meneses

Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Federal de Campina Grande (Lotação no Campus Pombal/PB). Professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFCG (Campus Campina Grande/PB). E-mail: valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br

Marcos Botton Piccin

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS/Paris). Professor associado da Universidade Federal de Santa Maria. Professor dos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e de Extensão Rural. E-mail: marcos.piccin@ufsm.br